

Sofrimento psíquico, educação escolar e juventude: reflexões sobre o contexto atual

Psychic suffering, school education and youth: reflections on the current context

Sufrimiento psíquico, educación escolar y juventude: reflexiones sobre el contexto actual

Eliane Antunes Marinho do Prado¹ , Jonis Manhães Sales Felipe¹ 

¹ Instituto Federal Fluminense, Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

Autor correspondente:

Eliane Antunes Marinho do Prado
Email: antuneseliane67@gmail.com

Como citar: Prado, E. A. M., & Felipe, J. M. S. (2023). Sofrimento psíquico, educação escolar e juventude: reflexões sobre o contexto atual. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 16(35), e18240
<http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v16i35.18240>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo proporcionar uma melhor compreensão conceitual acerca do fenômeno denominado “sofrimento psíquico” e, a partir desse esclarecimento, discutir a caracterização do estrato populacional designado como “juventude”. Isto feito, apontam-se, brevemente, as relações entre os processos de subjetivação e alguns dos problemas enfrentados pelos jovens brasileiros, mediante os contextos regionais, étnico-raciais, de gênero e socioeconômicos. Questões relativas às inserções educativas e laborais são mencionadas, oportunamente, ao longo deste artigo, estando inseridas na discussão sobre o sofrimento psíquico e as condições dos jovens, inclusive diante da recente conjuntura provocada pelo alastramento da COVID-19. Suas conclusões apontam para a relevância de se pensar sobre o relevante papel da educação escolar na formação dos jovens e sobre o sofrimento psíquico para além da lógica patologizante, o que envolve a afirmação da importância do trabalho da psicologia escolar no contexto atual.

Palavras-chave: Jovens. Psicologia Escolar. Saúde Emocional.

ABSTRACT

This article aims to provide a better conceptual understanding of the phenomenon called "psychic suffering" and based on this clarification, discuss the characterization of the population stratum designated as "youth". That done, we briefly point out the processes of subjectivation and problems faced by young Brazilians, through regional, ethnic-racial, gender, specific socioeconomic contexts

and, more generally, through the context of individualistic and neoliberal configuration of society. Issues related to educational and labor insertions are mentioned, in due course, throughout this article, being inserted in the discussion about psychological suffering and the conditions of young people in the face of the conjuncture caused by the spread of Covid-19. Its conclusion point to the relevance of thinking about the important role of school education aiming the teenagers graduation and also about the psychic suffering beyond the pathological logic which involves the important affirmation of the work of the schools psychology in current context.

Keywords: Young people. School Psychology. Emotional Health.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo proporcionar una mejor comprensión conceptual del fenómeno denominado “sofrimiento psíquico” y, a partir de esa aclaración, discutir la caracterización del estrato poblacional designado como “jóvenes”. Hecho esto, se señalabrevemente la relación entre los procesos de subjetivación y algunos de los problemas enfrentados por los jóvenes brasileños, a través de contextos regionales, étnico-raciales, de género y socioeconómicos, a lo largo de este artículo, siendo parte de la discusión sobre el sufrimiento psicológico. y condiciones de los jóvenes, incluso ante la reciente situación provocada por la propagación del Covid-19. Sus conclusiones apuntan para la pertinencia de pensar sobre el papel relevante de la educación escolar en la formación de los jóvenes y sobre el sufrimiento psíquico más allá de la lógica patologizante, lo que implica la afirmación de la importancia del trabajo de la psicología escolar en el contexto actual.

Palabras clave: Juventud. Psicología Escolar. Salud emocional.

INTRODUÇÃO

A temática aqui desenvolvida articula a questão do sofrimento psíquico que tem afetado a população jovem, sobretudo mediante os dilemas atinentes aos processos de subjetivação próprios das experiências juvenis com os atravessamentos produzidos pelas condições socioeconômicas e pelas dinâmicas de gênero, étnico-raciais, regionais, dentre outras. Chama-se atenção também para o agravamento das situações de sofrimento psíquico enfrentadas pela juventude nesses tempos atípicos de pandemia.

Na organização dos tópicos que estruturam o artigo, procurou-se conceituar a categoria “sofrimento psíquico”. Em seguida, apresentou-se, brevemente, a discussão sobre as variadas dimensões de realidades que envolvem a conceituação das formas de “ser jovem” no Brasil. Dentre esses eixos acionados para a compreensão mais rigorosa sobre o objeto de análise ‘juventude’, incluiu-se também os processos de escolarização e entrada no mercado de trabalho. Por fim, destacou-se o agravamento das situações de sofrimento psíquico enfrentadas pela juventude nesses tempos atípicos de pandemia.

AFINAL, O QUE É SOFRIMENTO PSÍQUICO?

A saúde mental não é algo novo. É datado de 1946 o marco da conceituação da saúde mental no mundo, quando a OMS (Organização Mundial de Saúde) apresentou uma nova definição para saúde, englobando: o bem-estar físico, mental e social (Pinto et al, 2011), com destaque também para a parte psíquica (emocional), chamada sofrimento psíquico.

Afinal, o que significa sofrimento psíquico? De onde vem essa terminologia? Inicialmente, propõe-se refletir sobre cada uma das palavras que compõem a expressão. Sofrimento, segundo o Dicionário Aurélio¹, significa “1. Ato ou efeito de sofrer, 2. Dor física, 3. Grande dor moral, 4. Angústia, aflição” (Ferreira, 2010, p. 707).

¹ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira - Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que todo sujeito passa por algum tipo de sofrimento durante a vida. Vieira (2007) afirma que o sofrimento é sinal de normalidade. Seguindo essa vertente, Costa (2014) diz que o ser humano sofre logo ao nascer, ou melhor, manter-se vivo é um dos maiores sofrimentos vivenciados pelo indivíduo: "O sofrimento humano é complexo e multidimensional, mas, ao mesmo tempo, é uma experiência singular, própria, intransferível, que requer superação" (Costa, 2014, p. 14).

Sobre a segunda palavra, psíquico, recorre-se novamente ao Dicionário Aurélio que diz: "relativo à psique - conjuntos de fenômenos de vida mental, e que inclui conscientes e inconscientes" (Ferreira, 2010, p. 622). Assim, na junção das duas expressões, a partir do léxico culto da Língua Portuguesa, pode-se definir sofrimento psíquico como um conjunto de sentimentos ou emoções desagradáveis e/ou desconfortos psicológicos que interferem nas ações cotidianas do sujeito. "Nesse sentido, entende-se que o sofrimento psíquico é essencial e inerente ao ser humano, se constrói e se expressa nas relações" (Macedo, 2018, p. 4).

Tal entendimento desconstrói as perspectivas individualizantes na compreensão da produção e manifestação dos desconfortos emocionais/psíquicos, que surgem eventualmente na trajetória de vida de qualquer pessoa. Lembrando que as pessoas são sempre seres biológicos, psicológicos e sociais, ao mesmo tempo, devendo ser compreendidas, portanto, nesta integralidade.

Do ponto de vista histórico, Assumpção et al. (2018) esclarecem que esse tipo de mal-estar (dentro da linguagem freudiana), muitas vezes classificado como "depressão", não pode ser considerado uma descoberta surgida no século XXI. As autoras explicam que a denominação mais comum encontrada para os sintomas acima apontados era "melancolia".

Na Grécia e Roma antigas, as pessoas com esse conjunto de sintomas eram diagnosticadas a partir de paradigmas religiosos e do entendimento dos primeiros químicos, físicos e precursores das ciências médicas. Tudo isso num tempo em que as dimensões religiosas, filosóficas e os experimentos pré-científicos se articulavam de modo complexo para explicar a vida e todos os seus fenômenos (Assumpção et al., 2018).

Esse quadro explicativo começará a ser modificado com a intervenção dos primeiros filósofos. Isso porque a Filosofia se perguntava sobre as causas e essências que explicavam cada coisa e cada ser existente no mundo. A filosofia clássica grega, por exemplo, era comprometida em desvendar um entendimento minucioso e profundo pela via racional e, em função disso, iniciou um processo de contestação das explicações baseadas apenas no mito ou na religião em prol da racionalidade que, naquele período da história, abrangia todas as formas de reflexão e pesquisa, inclusive as tratavam de temáticas sociais e psicológicas.

Hipócrates, precursor da Medicina no mundo grego, criou um sistema explicativo que conectava disfunções da "bílis negra" e "bílis amarela" às afetações do cérebro, receitando que o paciente deveria mudar seus hábitos alimentares, comer "mandrágora" e "heléboro" para alcançar a cura. Para Hipócrates, a pessoa com melancolia não poderia estar sozinha e poderia ser auxiliada em seu processo de cura através das conversas e diálogos (Assumpção et al., 2018). Talvez se possa ver, nesta recomendação de Hipócrates, sobre os benefícios de conversar com as pessoas "melancólicas", uma semente inicial dos procedimentos terapêuticos, que iriam se consolidar bem mais tarde.

A versão católica romana sobre os tipos de mal-estar ainda conhecidos como melancolia, na Idade Média, lançou-lhes o estigma da "demonologia". A partir desse período histórico, o quadro sintomático da antiga "melancolia" passa a ser designado como "*acidia*", vocábulo também de origem grega, que significa "estado de descuido". O sentido desta designação teria sido dado por um monge católico medieval, agregando a ideia de que a causa seria o total afastamento da esfera sagrada por parte do indivíduo e conseqüente domínio pelo demônio (Schmidt, 2013).

Entre os séculos XVIII e XIX, ocorreram várias descobertas sobre os problemas mentais, a

partir das experiências e estudos de médicos que se dedicaram a explorar o assunto. Estudiosos escoceses, alemães e franceses se destacaram na realização de experimentos extremamente importantes para a evolução do conhecimento científico sobre o assunto. Gonçalves e Machado (2007) retratam essa evolução, mostrando os vários desenvolvimentos dos saberes psicossomáticos, ainda sem grande penetração na visão clássica da Medicina, mencionando as primeiras pesquisas que davam margem ao surgimento da Psiquiatria.

Uma personalidade importante nessa história é o médico Philippe Pinel, conforme relata Cecarelli (2005). Mesmo sendo considerado o fundador da Psiquiatria, Pinel ainda utilizava a noção de “melancolia”, conforme tinha sido utilizada pelos estudiosos da antiguidade, abrangendo experiências subjetivas bastante diversas: desde pessoas cujo estado de satisfação demonstrava-se inabalável, até situações em que a tristeza e o isolamento poderiam impulsionar atos suicidas.

Vários desdobramentos e descobertas da Medicina e da Psicologia concorreram nos séculos mais recentes para novos entendimentos, classificações, formas de diagnosticar e tratar as pessoas afetadas por sofrimentos psíquicos. O grande marco dessa transformação foi o trabalho de Freud, especialmente seus estudos sobre a histeria, que lhe proporcionaram as evidências necessárias para caracterizar a inegável existência de um universo psíquico com funcionamento próprio, para além dos processos fisiológicos. Conforme explica Pinheiro *et al.* (2008), Freud defendeu e sustentou cientificamente o domínio próprio da análise dos fenômenos psicológicos.

Entretanto, no século XIX, a maior parte dos médicos e estudiosos que se dedicavam a compreender o sofrimento psíquico enveredaram pela via Psiquiátrica mais do que pela via da Psicologia. Esse fato resultou na constituição de um campo de estudos e práticas de cura designado “Psicopatologia”.

A expressão Psicopatologia, que deu nome ao que muitos médicos faziam, principalmente na França, na Alemanha e na Inglaterra, durante todo o século XIX, inaugurou a tradição médica que se manifesta, até hoje, nos tratados de psiquiatria e de psicopatologia médica. O aparecimento da Psicopatologia como disciplina organizada se dá com a publicação da Psicopatologia geral de Karl Jaspers, psiquiatra e filósofo, no início do século XX. Jaspers visava descrever e classificar, de forma minuciosa e sistemática, as doenças mentais. (Cecarelli, 2005, p. 473).

No decurso dos séculos XX e XXI, tanto a Psiquiatria quanto a Psicologia se desenvolveram e deram origem a uma profusão de pesquisas empíricas e desdobramentos teóricos. Nesse percurso, destacam-se dois caminhos dominantes: de um lado, os estudos de base psicanalítica (com diversas vertentes), que priorizam os processos de subjetivação e a manutenção da “escuta” e do lugar de fala dos sujeitos em contexto de ajuda profissional para seus sofrimentos; de outro lado, uma tendência forte à “patologização” do sofrimento psíquico, promovendo enquadramentos pré-estabelecidos na construção apressada de diagnósticos e na administração de “tratamentos” medicamentosos (Guarido, 2007; Dunker, 2011; Ferreira, 2014).

Tendo esse esboço histórico como referência, pode-se concluir esta seção com uma definição abrangente e bem atual de sofrimento psíquico, que abriga inúmeras formas de “mal-estar” emocional/psíquico, conforme apontado por Zanatta *et al.* (2021, p. 93),

O conceito de sofrimento psíquico apresenta-se no panorama dos estudos da Psicologia e da Psicopatologia de modo amplo, englobando não só os quadros clínicos próprios dos estudos psicopatológicos como também, as dificuldades e desajustamentos psíquicos em resposta às condições estressantes ou decorrentes dos conflitos cotidianos, caracterizados como hostis à vida humana. Assim, sofrer psicologicamente equivale a não experimentar bem-estar psicológico para viver.

É preciso ponderar ainda que essa definição se expandiu no Brasil após o movimento da Reforma Psiquiátrica na virada dos anos 1970/80, período em que a sociedade civil organizada em

diversos coletivos reconstruiu, paulatinamente, os processos democráticos em todas as áreas da sociedade. Esse movimento colocou em cheque os excessos da medicalização e do confinamento das pessoas em sofrimento psíquico, o que resultou num fortalecimento das correntes de pensamento e práticas em Psicologia que valorizam as perspectivas mais dialógicas, a escuta e o espaço de fala dos sujeitos, entendendo o processo terapêutico como transformativo, com um protagonismo expressivo da pessoa que busca ajuda profissional.

Conforme afirmado acima, essa abordagem difere daquelas que se pautam no entendimento do sofrimento como adoecimento e estabelecem o uso de medicamentos para lidar com o problema, encaixando os sofrimentos psíquicos em conjuntos de sintomas que perfazem um diagnóstico.

A importância da Reforma Psiquiátrica, do ponto de vista histórico-social, assim como as suas reais conquistas do ponto de vista dos sujeitos beneficiados pelas suas propostas de “desospitalização”, foi devidamente analisada no trabalho de Paiva (2003, p. 21), que postula o seguinte posicionamento

Trabalha-se com a defesa da Reforma Psiquiátrica por ela estar imbuída dos ideais de uma sociedade realmente igualitária e humana, primando pela reinserção social dos excluídos, como são os loucos, baseando-se nos princípios da liberdade, igualdade, fraternidade. Enfim, por uma sociedade livre da opressão, preconceito e ignorância.

Portanto, no movimento da Reforma Psiquiátrica e as mudanças na área de saúde foram impactantes, especialmente aquelas voltadas à substituição do sistema asilar de tratamento da chamada “loucura” por uma rede de atendimento cujos princípios de ação são pautados no respeito pelos direitos humanos e sociais das pessoas que passam por sofrimentos psíquicos.

SOFRIMENTO PSÍQUICO E JUVENTUDE

As tentativas de definição de juventude são sempre atravessadas pelas contradições presentes nos contextos históricos das organizações sociais no mundo capitalista: as acirradas disputas por poder político e econômico, bem como uma lista extensa de desigualdades sociais. Dessa forma, conforme afirma Novaes (2009, p. 10), “[...] os limites etários e as características de cada uma das “idades da vida” são produtos históricos, resultados de dinâmicas sociais mutantes e de constantes (re) invenções culturais”.

Essa autora aponta que os imaginários sociais sobre a noção de juventude possuem duas direções que são contraditórias, pois, de um determinado ponto de vista, a juventude é tomada como ideal de saúde, de beleza e de esperança. Nesse sentido, ninguém quer envelhecer, idealizando uma espécie de eterna juventude. De outro ponto de vista, no entanto, os/as jovens são tomados como agentes responsáveis por diversos problemas da sociedade e ganham rótulos desqualificadores como: ‘violentos’, ‘preguiçosos’, ‘irresponsáveis’, ‘consumistas’ etc.

Dayrell (2003) coaduna com os argumentos de Novaes (2009), acrescentando a ideia de que os ‘jovens’ são sujeitos sociais que impactam e são impactados pelas condições sociopolíticas, familiares e culturais das quais participam, sendo também protagonistas e alvos de representações presentes no imaginário social.

Tomando as pessoas que se pensam e são pensadas como jovens em nossa sociedade, Dayrell (2003) evidencia que devem ser abordadas conceitualmente e eticamente enquanto sujeitos sociais que precisam ser ‘levados a sério’, entendendo que essas pessoas jovens possuem a capacidade de construir modos específicos de serem jovens, a partir das histórias, memórias, experiências e protagonismos interligados de maneiras peculiares em suas formas diferenciadas de viver.

As reflexões de Pais (1990) também já apontavam para a necessidade de que os pesquisadores dedicados a conhecer mais profundamente a realidade de vida das pessoas consideradas jovens comesçassem por desconstruir imagens estabelecidas sobre a juventude, as quais

esse autor chama de ‘mitos’ sobre a unicidade e homogeneidade das chamadas ‘culturas juvenis’.

O autor argumenta que é necessário romper as barreiras impostas pelo imaginário que se tornou ‘senso comum’ sobre as identidades e posturas juvenis, para que se alcancem conhecimentos mais objetivos e confiáveis sobre este segmento da sociedade, geralmente alocado dentro da faixa etária entre 15 e 29 anos. Na continuidade dessas ponderações, ele comenta que as categorias as quais classificam e distinguem ‘fases’ nas trajetórias de vida das pessoas são elaboradas dentro das histórias e contextos socioculturais específicos e são escalonadas, de um modo geral, nas seguintes fases: infância, adolescência, juventude, meia-idade, velhice.

Pais (1990) adverte que conteúdos significativos muito distintos preenchem os aspectos definidores dessas faixas etárias, dependendo da contextualização histórico-social e cultural dos grupos e localidades em que vivem as pessoas tomadas como objeto de análise. Sem contar o fato de que há subdivisões com atributos particulares dentro de cada faixa etária: o que os grupos sociais imaginam sobre jovens de 15 anos não é o mesmo imaginado sobre quem tem 29 anos, por exemplo. Da mesma forma, as expectativas de participação nas atividades sociais também serão diferentes sobre uns e outros.

Em face do aprofundamento desse tipo de reflexão, o autor sugere que os pesquisadores das chamadas ‘juventudes’ estejam sempre atentos e se perguntem sobre quais as circunstâncias e fatos estão envolvidos em determinadas concepções de juventude e também na percepção social delas, pois, conforme segue demonstrando, as formas de abordar o fenômeno estudado fazem aparecer faces distintas do mesmo.

Consoante Pais (1990), existem abordagens que recortam a existência de aspectos culturais definidores da categoria classificatória ‘juventude’ (Abramo, 2005; Carrano, 2000; Almeida, 2006). E outros recortes analíticos apontam o papel sociológico desse segmento de pessoas enquanto reprodutores de situações e condições de classe social (Lafer, 2001; Krischike, 2005; Lustosa, 2001; Minayo, 1999).

Desta maneira, teriam abordagens que enfatizariam as expressões da ordem da cultura e abordagens que tomariam o eixo das classes econômicas e produtivas enquanto polos irradiadores das determinações sociológicas, reproduzidas através das gerações que se sucedem, especialmente quanto às oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

As marcações sociais baseadas nas classes econômicas permitem verificar também pertencimentos identitários juvenis, que se espraiam mais em determinados estratos da sociedade e menos em outros. Exemplos disso são trazidos pelo mesmo autor (Pais, 2020), numa publicação mais recente sobre os estudantes de Ensino Médio em Portugal: a proporção de jovens que se tornam membros de determinadas tribos (‘góticos’, por exemplo) é muito maior nos estratos médios e mais abastados.

Isso não significa que adolescentes e jovens, ao enfrentarem situações econômicas mais vulneráveis, não constituam determinadas ‘tribos’. Uma pesquisa realizada na comunidade de Manginhos/RJ, com jovens articulados em torno do movimento musical denominado genericamente de “Hip Hop”, demonstra o quanto essas juventudes em situação de vulnerabilidades (econômica, social, territorial etc.) são capazes de se organizarem e, de modos diversificados, se expressarem e colocarem suas narrativas e reivindicações no mundo (Weihmüller et al, 2019).

Destaca-se que, para conseguir aprofundar, tornando mais concretas as análises sobre as formas de existência subjetiva e social das juventudes, cabe adotar a postura de pesquisador disposto a escutar o que elas próprias têm a dizer sobre si e sobre o mundo.

Neste sentido, a produção histórico-cultural de modos específicos de ser jovem é abordada do ponto de vista da ocupação do espaço público por Ribeiro e Macedo (2018), ao alertarem que as inúmeras juventudes brasileiras vêm se organizando em muitos tipos de coletivos, colocando suas pautas na cena pública. Esse esforço, acontecido no passado quase que exclusivamente por meio de movimentos estudantis, vem tomando novas formas de organização, expressão e reivindicação, por

exemplo: mobilizações em grupos de dança e música, mobilizações pautadas nas escolhas de gênero, nos pertencimentos étnico-raciais, dentre outros.

Em face dessas mobilizações sociopolíticas juvenis, foi-se desenhando, especialmente a partir do século XX, o reconhecimento desses/dessas jovens enquanto 'sujeitos de direitos'. Segundo Ribeiro e Macedo (2018), essas juventudes conquistaram seu lugar de fala no espaço público, publicizando suas formas de ver, ouvir e narrar o mundo, colocando suas reivindicações. O reconhecimento oficial dessa fatia do espaço público, assim ocupado, surge com a edição oficial do Estatuto da Juventude (SNJ, 2014).

Seguindo o caminho conceitual trilhado na construção de políticas sociais voltadas a esse segmento de brasileiros e brasileiras, caminho esse construído pelos consultores técnicos que coordenaram as pesquisas qualitativas e levantamentos para embasar tais políticas, é possível dizer que não há uma forma exclusiva e cabal de caracterizar quem são os/as "jovens".

O conceito de juventude é, em princípio, provisório; ou seja, o ponto de partida de muitos trabalhos, como desta publicação, vem de um conceito demográfico, respaldado por aportes da psicologia. Assim, para facilitar comparações internacionais, regionais e temporais se propõe uma definição que tem por base um ciclo etário que classifica os jovens como aqueles indivíduos que possuem entre 15 e 29 anos (Abramovay e Castro, 2006, p. 9).

É neste horizonte etário que se pensa a elaboração do presente artigo, mas sem perder de vista a multiplicidade de experiências sociais e subjetivas que essa simples classificação não consegue identificar. Há diferenças enormes entre contextos regionais, locais, urbanos, rurais; entre contextos étnicos; entre aqueles/as que têm deficiências e os/as que não têm; entre contextos de maior ou menor vulnerabilidade familiar, social e econômica; entre quem passa ou não por situações de risco; entre quem vive ou não situações de conflito com a lei; e entre quem passa por sofrimentos psíquicos e quem não passa.

A pirâmide populacional brasileira tem sofrido transformações sucessivas, mas ainda é expressiva a presença da população jovem nacional, conforme relata o Atlas das Juventudes.

Ainda que o Brasil se apresente como uma nação majoritariamente jovem, a pirâmide etária vem se transformando. Nas últimas duas décadas foi possível observar mudanças produzidas pelo declínio da fecundidade, que passou de 6,3 filhos por mulher, em 1960, para 1,61 filho em 2020 e com projeção de 1,5 filho em 2034 (IBGE, 2018). Diante desse cenário, a população jovem de 15 a 29 anos de idade tem apresentado uma diminuição contínua na sua participação relativa na população brasileira, passando de 28,2%, em 2000, para 25,44%, em 2015, devendo alcançar 21,0% em 2030 e 16,24% em 2060 (Neri, 2019), conforme evidenciado na etapa de análise de dados do Atlas (Atlas das Juventudes, 2020, p. 13).

Diante deste quadro de um país com maioria de pessoas jovens, os estudiosos e os propositores de políticas públicas têm destacado inúmeras questões com as quais é necessário se preocupar, tomar posicionamentos e atitudes. Seguindo a exposição articulada no 'Atlas', menciona-se, a seguir, quais seriam elas.

O marco étnico revela a invisibilização das juventudes indígenas, bem como suas múltiplas vulnerabilidades. Revela também que se você é jovem, do gênero masculino e negro suas chances de sofrer violências de todos os tipos, inclusive homicídio, são significativamente maiores do que as de pessoas com outro perfil étnico-racial, etário e de gênero. Fato realmente preocupante, uma vez que a população de jovens negros no país corresponde a 61%, contrastando com 38% brancos/brancas; 0,5% amarelos/amarelas e 0,4% indígenas (Atlas das Juventudes, 2020).

É importante observar que as desigualdades geradas pelas discriminações étnico-raciais não se restringem à questão da segurança pública. Atingem, concomitantemente, as áreas de educação, oportunidades de trabalho e renda, bem como outras oportunidades de desenvolvimento e bem-

estar. No caso das jovens negras, além dos problemas já elencados, constata-se que elas têm sido mães precocemente muito mais vezes que jovens não negras.

Em 2018, no Brasil, a taxa de homicídios entre homens negros era quase o triplo da observada entre os homens brancos. Além disso, independentemente da região do Brasil, adolescentes com baixa escolaridade e negras apresentaram mais chances de estar grávida na adolescência do que meninas não negras (Atlas das Juventudes, 2020, p. 16).

Com relação ao sofrimento psíquico gerado a partir de determinantes de caráter étnico-racial, cabe mencionar uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região (CRP 08, 2019), na qual os autores e autoras enfrentam com zelo e minúcia esse importante contexto em que urge intervenções de profissionais devidamente interessados e habilitados, no sentido de contribuir para a desconstrução de realidades tão perversas. Alguns conceitos cunhados pelos pesquisadores da área de Psicologia norteiam a abordagem dos impactos do racismo como gerador de sofrimento psíquico.

Destaca-se dois conceitos, os quais considera-se os mais importantes. O conceito de “contingenciamento”, significando “relações intersubjetivas multigeracionais metabolizadas desde o processo colonial, gerando relações assimétricas em que determinados grupos são destituídos do reconhecimento de sua humanidade” (CRP 08, 2019, p. 23), e a noção de Complexo de Desprezo, a qual indica

Signos direcionando a percepção e o imaginário em que se reproduz e se constata o contingenciamento. Mediante à tensão, o sofrimento é mantido alienado das epistemologias que se pautam no aspecto individual ou de uma geração, desdobrando em conflitos intersubjetivos contínuos. Com efeito, o Complexo de Desprezo aponta sintomas como produções sádicas, persecutórias e delirantes (CRP 08, 2019, p. 24).

A publicação supracitada aponta que já existe um campo de reflexões e ações bem estabelecido no que tange à participação dos profissionais de Psicologia na produção de conhecimento e em intervenções práticas de combate ao racismo e aos sofrimentos – individuais e coletivos - que se insinuam a partir dele.

Retornando às problemáticas destacadas pelo Atlas das Juventudes (2020), constata-se que há uma concentração de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em 2017,

[...] havia 8,3% de jovens brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza e 30,1% em situação de pobreza, o que equivale a viver com US\$ 1,90 e US\$ 5,5 por dia respectivamente; em 2018, cerca de 11,8% dos adolescentes com 15 a 17 anos de idade, que estavam entre os 20% da população com os menores rendimentos, abandonaram a escola sem concluir o ensino básico, um percentual 8 vezes maior que o desse mesmo grupo etário entre os 20% com maiores rendimentos (1,4%) (Atlas das Juventudes, 2020, p. 20).

Os fatores específicos que geram discriminação e vulnerabilidade se entrecruzam criando situações de vida complexas para os jovens, que irão repercutir em todos os seus contextos de experiência: ser pobre, ser negro/a ou ser indígena são características que, por si só, repercutem nas possibilidades de participação social, de um modo geral, em processos discriminatórios na família, na escola, na universidade e assim por diante. Quando tais características se mesclam na existência de uma pessoa, mais difícil se torna seu percurso existencial e social (Nascimento, 2021).

Por outro lado, a própria ordenação da sociedade capitalista gera uma cultura na qual a utilidade, o sucesso e a competição só fazem pressionar ainda mais as pessoas, projetando sobre elas expectativas de produtividade, de alto consumo, ideais de estética e modos de organização da vida que fogem do alcance da maioria da população. Tudo isso se prospecta sobre a juventude e tem gerado problemas variados, dentre eles o sofrimento psíquico (MEIRELES et al., 2020).

Outra questão que não se pode deixar de mencionar é aquela ligada aos posicionamentos de gênero que, quando destoam dos padrões cisnormativos e hegemônicos, sofrem pesadas discriminações, até mesmo violências e perseguições (Gonçalves e Silva, 2018; Patriota, 2018; Benevides e Nogueira, 2020; 2021). Tais questões são também identificadas como fontes de sofrimento psíquico para boa parte da juventude brasileira, na medida em que os/as jovens atravessam processos de construção identitária, sendo o gênero um fator de extrema delicadeza e importância tanto subjetiva quanto social (Atlas das Juventudes, 2020, p. 305).

Em sintonia com os dados brevemente apontados, de acordo com a OMS, o sofrimento psíquico é mais recorrente entre os jovens. Rocha (2014) acredita que isto aconteça devido às intercorrências contemporâneas, entre elas: a violência, a disputa no mercado de trabalho, os laços afetivos e amorosos, as exigências de respostas positivas ao próprio desempenho. Enfim, essa é uma fase da vida na qual o indivíduo se encontra emocionalmente vulnerável e, assim, mais propenso a diversas formas de fragilização de suas estruturas emocionais.

Na mesma linha de pensamento, Paixão (2018), associa essa ocorrência ao fato de que, nesta etapa da vida, o indivíduo passa por mudanças cognitivas, sociais e afetivas, também o sujeito está mais suscetível a sofrer variações na autoestima. É nesta fase que o jovem experimenta novas emoções: namoros, emprego, em muitos casos a tomada de decisão para escolher a profissão a seguir, dentre outras questões definidoras de identidades e trajetórias pessoais e sociais, conforme visto nos parágrafos precedentes.

JUVENTUDE, SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO ATUAL E OS IMPACTOS DA PANDEMIA

No mês de fevereiro de 2020, momento em que foi publicizada a identificação da primeira pessoa com COVID-19 no Brasil, as consequências da doença não estavam desveladas para os profissionais de saúde, os pesquisadores e, menos ainda, para o público em geral. Hoje, mais de dois anos após, a doença continua fazendo vítimas, com mais de 600 mil casos de óbito apenas no Brasil.

Não há dúvidas de que tal conjuntura compromete seriamente a vida de todos, inclusive o presente e as perspectivas futuras dos jovens. De acordo com a segunda edição do Atlas das Juventudes (2021) sobre a COVID-19, as profundas consequências com que a sociedade brasileira hoje se defronta podem ser assim resumidas: “[...] o aprofundamento das desigualdades sociais e seus efeitos sobre a saúde mental, a segurança alimentar, o processo educativo, a vida profissional e econômica de jovens, além da instabilidade política no país” (Atlas das Juventudes, 2021, p. 4).

A pesquisa que deu base às conclusões do citado trabalho se efetivou a partir de diálogos com mais de 60.000 jovens brasileiros, provenientes de todo o território nacional. As análises revelaram que num conjunto de 10 jovens, 6 deles afirmaram estar sendo afetados por ansiedade e estar exagerando na comunicação via redes e mídias sociais. Um fato revelado pelos entrevistados (5 a cada 10) é estarem sendo acometidos por sensação de permanente cansaço, com alguns relatos de exaustão.

Outro agravante revelado pela pesquisa é que existe uma desigualdade socioeconômica bastante grande entre as pessoas que compõem a juventude brasileira, maior neste estrato da população do que numa abordagem geral da sociedade. Por outro lado, a situação de pandemia tem impactado fortemente as oportunidades de trabalho e renda, uma vez que os índices de desemprego têm se tornado alarmantes. De acordo com dados de levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)/Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicados na revista *Conjuntura Econômica*, a crise no mercado de trabalho

[...] afetou principalmente os trabalhadores informais e de baixa escolaridade, com destaque para o setor de serviços. A população ocupada (PO) caiu quase 15% entre fevereiro e julho de 2020, com recuperação bastante gradual em seguida. Na última leitura, relativa a julho de 2021, a PO ainda se encontrava 4,4% abaixo do nível pré-pandemia (Schymura, 2021, p. 6).

Evidencia-se, portanto, que o cenário resultante dos impactos da COVID-19 agravou ainda mais o quadro de vulnerabilidade para os jovens, uma vez que muitos perderam determinados suportes familiares, na medida em que os pais e outros provedores ficaram desempregados ou em condições precarizadas de trabalho e renda. Como descreve Nascimento (2021, p. 8),

[...] os jovens se dividem em dois grupos, aqueles com a oportunidade de preparar-se especificamente a um determinado emprego no futuro e aqueles cuja etapa mais intensa de sua vida é interrompida pelas obrigações e responsabilidades da vida adulta precocemente assumidas. Esse marco é subjetivamente representado com mais força pelas camadas mais vulneráveis da população, que muito conhecem sobre o sofrimento ético e político, recebendo diariamente doses de humilhação, frustração e desgaste físico. Nesse contexto, o trabalho se apresenta como uma força perversa sobre suas vidas, desencadeando crises e patologias em decorrência do sofrimento psíquico.

Portanto, boa parte da juventude brasileira se vê aturdida pela pressão social deste momento. Muitos ficam desorientados, mesmo que momentaneamente, sobre os rumos a tomar, de modo a se autoajudarem e, eventualmente, contribuírem para o sustento de suas famílias. Nesse processo conflituoso, a formação escolar/acadêmica pode ser secundarizada ou mesmo abandonada.

Isso foi evidenciado nas conclusões divulgadas no Atlas das Juventudes sobre a COVID-19: “Há um aumento da proporção de jovens que não estudam e não trabalham, passando de 10% em 2020 para 16% em 2021. E, ao mesmo tempo, uma redução de 32% para 25% em 2021 daqueles que estudam e trabalham” (Atlas das Juventudes, 2021, p. 15).

Para concluir este raciocínio, toma-se de empréstimo a ideia defendida por Edson Saggese (2021) de que a juventude atual se confronta com questões verdadeiramente desnorteantes pelo fato de os excessos do individualismo neoliberal lançarem uma sobrecarga muito grande, sob a forma de expectativas, sem oferecer estruturas de apoio a essas pessoas em desenvolvimento.

Neste contexto, Saggese (2021) define que temos hoje, em função dos modos próprios de construção histórica e funcionamento da sociedade atual, uma “juventude à flor da pele”. Seguindo o raciocínio desse autor, é possível afirmar que o advento da pandemia proporcionou o agravamento de situações sociais subjetivadas pela juventude, impactada com mais pressão, menos apoio e, concomitantemente, com mais sofrimento psíquico. “A pandemia do COVID-19 acentuou o sofrimento psíquico entre os adolescentes” (Saggese, 2021, p. 2).

Tal percepção nos faz concordar com a compreensão expressa pelo autor de que “Se há uma juventude à flor da pele, somos levados a crer que há uma sociedade também à flor da pele. Não podemos dissociar o sofrimento psíquico dos adolescentes e jovens das condições gerais da época na qual vivem” (*idem*, p. 19).

Destaca-se também uma contribuição interessante do autor voltada aos processos educativos em período de pandemia. Segundo dados informados no artigo supracitado, a obrigatoriedade compulsória de efetivação do ensino remoto fez reacender, a partir de fatos novos, uma discussão sobre didáticas, métodos e suportes de “ensinagem”, como dizia Paulo Freire. Tais discussões, especialmente aquelas embasadas em depoimentos de estudantes e seus responsáveis, apontam para o quanto a presença física, face a face, do mediador pedagógico – o professor/a professora – foi conclamada e reivindicada,

“Se a escola fosse só transmissão do saber de uma fonte a um receptor, o online não seria uma cópia defeituosa da lição presencial, mas sua realização plena” (tradução nossa). No entanto, não foi isso o que ocorreu e sim a reafirmação da necessidade da presença viva do Outro como condição de uma transmissão. Continua Ronchi (2020): “A presença viva fez sentir toda sua relevância para a didática precisamente quando as condições objetivas a interditavam”. Essa questão atinge diretamente os educadores, cuja presença como um Outro fora da esfera familiar

mostrou-se essencial para o desenrolar do processo de aprendizado (Sagesse, 2021, p. 7).

O contexto atual torna ainda mais urgente a atuação do Psicólogo, de modo a contribuir para a minoração dos sofrimentos, sobretudo aqueles tecidos ou desvelados no processo de escolarização/formação acadêmica dos jovens. E, acima de tudo, para dar voz, proporcionando maior protagonismo e reconhecimento para essa “juventude à flor da pele”.

CONCLUSÃO

É consenso na Psicologia contemporânea que os momentos de sofrimento, como dito na primeira parte do artigo, fazem parte da formação de cada pessoa enquanto ser humano, e, como dito na segunda parte, afetam também a juventude.

Evidencia-se também o agravamento das situações de sofrimento psíquico diante das circunstâncias socioeconômicas vividas por essa juventude, especialmente no contexto pandêmico, tornando cada vez mais necessária a intervenção do profissional de Psicologia.

Nesse sentido, os depoimentos de estudantes e seus responsáveis reafirmaram que a presença física do (a) professor/professora – é essencial para um desenvolvimento dos processos cognitivos e educacionais satisfatórios. Entendendo como o sofrimento psíquico pode impactar diretamente as atividades desses estudantes, o profissional da Psicologia tem seu chamado junto ao corpo pedagógico.

Nesses locais de extrema importância para a formação da juventude, o Psicólogo tem sido visto como alguém capaz de promover apoio especializado por poder, junto ao entendimento das complexidades das experiências de sofrimento vividas, proporcionar modos mais apropriados e eficazes de lidar com essas experiências. Assim, em lugar de ignorá-las como se fosse possível excluir o sofrimento da existência humana, o profissional pode atuar em busca de amenizá-lo, em colaboração com o corpo docente e equipe multidisciplinar de profissionais.

Contribuições dos Autores: Prado, E. A. M.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Felipe, J. M. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

- Abramo, H. W. (2005). Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: Abramo, H. W., & Branco, P. P. M. (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo. p. 37-72.
- Abramovay, M., & Castro, M. G. (Coord.). (2006). Juventude, Juventudes: o que une e o que separa. Brasília, UNESCO.
- Almeida, M. I. M., & Eugenio, F. (2006). Culturas Jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar.
- Assumpção, G. L. S., Oliveira, L. A., & Souza, M. F. S. (2018). Depressão e suicídio: uma correlação. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(1), 1-20.
- Atlas das Juventudes. (2021). Disponível em: www.atlasdasjuventudes.com.br. Acesso em: 28 de ago. 2022.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (Orgs.). (2020). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Carrano, P. (2000). Juventudes: as identidades são múltiplas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

- Ceccarelli, P. R. (2005). O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. *Psicologia em Estudos*, 10(3), 471-477.
- Conselho Regional de Psicologia - 8ª REGIÃO. (2019). Psicologia e relações Étnico- Raciais - Diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo. Curitiba: CRP-PR.
- Dunker, C. I. L., & Neto, F. K. A. (2011). crítica psicanalítica do DSM-IV - breve história docasamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 14(4), 611-626.
- Ferreira, J. (2014). Sofrimento e Silêncio: apontamentos sobre sofrimento psíquico e consumo de psicofármacos. *Forum Sociológico*, 24(1), 121-128.
- Gonçales, C. A. V., & Machado, A. L. (2007). Depressão, o mal do século: de que século? *R Enferm UERJ*, 15(2), 298-304.
- Gonçalves, C. S. R., & Silva, S. C. P. (2018). Os "LGBT+" como novos sujeitos coletivos de direitos: Lutas Políticas e Construções Jurídicas. *Revista Ensaios*, 12, 1-17.
- Guarido, R. (2007). A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. Univ. de São Paulo. *Educação e Pesquisa*, 33(1), 151-161.
- Krischike, P. J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: Abramo. H. W., & Branco, P. P. M. (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo. p. 323-350.
- Lafer, C. (2001). A Reconstrução dos Direitos Humanos. um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lustosa, T. Q. de. (2001). Pobreza e Exclusão Social. *Debates Sociais*, 36(58), 99-114.
- Meireles, E. S. S. et al. (2020). Trabalho, sofrimento psíquico e educação profissional: possíveis relações. *Revista Humanidades e Inovação*, 7(7), 1-20.
- Nascimento, A. (2021). Expectativas e perspectivas de futuro para os jovens brasileiros. Centro Universitário de Anápolis. TCC, Graduação em Psicologia.
- Minayo, M. C. S. (1999). Fala, galera: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond.
- Paiva, I. (2003). Em defesa da Reforma Psiquiátrica: por um amanhã que há de renascer sem pedir licença. Dissertação (Mestrado). UFRN.
- Patriota, C. M. M. (2018). A face da violência transfóbica: um estudo sobre a violação dos direitos humanos e fundamentais das pessoas trans no Brasil. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba. TCC - Ciências Jurídicas.
- Pinheiro, C. V., Aguiar, I. M., Mendes, L. C. B. (2008). O Sofrimento Psíquico e as Novas Modalidades de Relação entre o Normal e o Patológico: Uma Discussão a Partir da Perspectiva Freudiana sobre o Caráter do Psicopatológico. *Interação em Psicologia*, 12(2), 299-305.
- Sagesse, E. (2021). Uma Juventude à Flor da Pele: o dilema de adolescer ou adoecer. *Educação & Realidade*, 46(1), e109166.
- Zanatta, C. et al. (2021). Sofrimento psíquico, envelhecimento e finitude. *Revista Valore*, 6, 92-108.

Recebido: 18 de outubro de 2022 | **Aceito:** 2 de março de 2023 | **Publicado:** 20 de maio de 2023



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.